

MEMÓRIAS QUE REVELAM A HISTÓRIA DE UM BAIRRO INDUSTRIAL NA CIDADE DE SÃO PAULO

*Regina Soares de OLIVEIRA**

RESUMO: A história do espaço urbano não é contada, normalmente, pela ótica popular, relegando ao segundo plano as vivências, práticas e percepções desse segmento sobre o espaço. Por meio da experiência de duas lideranças residentes em uma vila operária, construída por um empresário da indústria têxtil em 1917 e em um conjunto habitacional edificado em sistema de mutirão durante a década de 1990, ambas no centro expandido da cidade de São Paulo, buscou-se apreender a teia em que se entrelaça a memória do espaço urbano com a memória individual, bem como as estratégias empreendidas pelos indivíduos para, em meio a processos de apagamento da memória, assegurar a preservação de marcos da sua história pessoal e dos grupos aos quais estão ligados, ao mesmo tempo, em asseguravam a preservação da história e memória do bairro e da própria cidade.

PALAVRAS-CHAVE: Memória. História. Urbanização. São Paulo.

Diferentes formas de olhar o espaço urbano: memória e história oral

Tanto a memória como a história oral já se consolidaram como campos de saberes interdisciplinares, sendo utilizadas em campos diversos como História, Sociologia, Antropologia, Psicologia, Educação e Biologia, assim como também encontramos diversos trabalhos que buscaram oferecer uma maior compreensão sobre a memória e seu papel na construção da identidade individual e de um grupo, a relação entre memória coletiva e individual, bem como o papel das lembranças, das

* UFSB – Universidade Federal do Sul da Bahia - Campus Jorge Amado. Instituto de Humanidades, Artes e Ciências. Itabuna – BA – Brasil. 45613-204 - oliveira.regis@gmail.com

narrativas¹. Quando voltamos nosso olhar para analisarmos as práticas desenvolvidas no espaço urbano, assim como as percepções sobre as constantes transformações sofridas pelo mesmo, o trabalho com a memória e a história oral, a partir das percepções dos grupos populares torna-se, conforme Pollack (1992, p. 207), “um instrumento privilegiado para abrir novos campos de pesquisa”.

Existe a necessidade de visibilizar e valorizar as práticas populares realizadas no espaço urbano, quebrando a lógica que delega ao poder público a tarefa de consagrar as versões sobre a constituição e organização do espaço, o que implica relegar e tratar as práticas populares como de segunda categoria ou com pouco potencial de informação aos pesquisadores, mantendo-os sem a devida atenção quando se trata de pesquisa sobre as temáticas urbanas.

As reflexões aqui apresentadas são parte de uma pesquisa em que se trabalhou com as percepções sobre as transformações do espaço, a constituição de território segregados na cidade e os conflitos sociais existentes em um mesmo espaço urbano, comparando-se visões de moradores de projetos de habitação popular do século XX. Pesquisou-se, principalmente, as percepções de moradores de dois projetos habitacionais no bairro Belenzinho, em São Paulo, produzidas por diferentes agentes da cadeia produtiva – empresário e trabalhadores.

Nesse artigo, buscamos privilegiar o olhar de duas lideranças desses projetos: um morador de uma vila operária construída por um empresário da indústria têxtil em 1917 (Edécio Pereira) e outro, residente em um conjunto habitacional edificado em sistema de mutirão durante a década de 1990, por participantes do movimento de moradia e moradores de um antigo cortiço da região (Maria Salomé).

Ao observar as estratégias criadas por essas lideranças, junto com os demais moradores, percebeu-se a carga simbólica da preservação e recuperação dos imóveis símbolos desses projetos – vila e cortiço – pois sentiam-se, de certa forma, guardiões de uma parte da história da cidade e do bairro, ao mesmo tempo em que desenvolviam estratégias ao processo da renovação urbana e do apagamento dos marcos físicos da memória coletiva.

O espaço urbano atrelado a discussão da moradia popular

O bairro Belenzinho já era conhecido, por viajantes e peregrinos que se deslocavam do Rio de Janeiro e Vale do Paraíba em direção a cidade de São Paulo, como pouso de tropeiros desde meados do século XIX (TORRES, 1969), momento

¹ Em especial destacamos os trabalhos de Bosi (2007), Halbwachs (2004), Nora (1993), Pollack (1989, 1992) e Thompson (2002).

em que ainda era considerado estância climática por abrigar diversas chácaras da elite paulistana².

Após esse período as chácaras começaram a ser loteadas para a implantação do emergente parque industrial paulistano. Juntamente com os bairros Mooca e Brás, o Belenzinho, no início do século XX, mostrou-se extremamente atrativo ao capital imobiliário para a instalação de um parque industrial a baixo custo, especialmente o parque têxtil. Contribuíram para isso fatores como o baixo preço dos terrenos, localizados em áreas alagadiças, a proximidade com a ferrovia, facilitando o escoamento da produção, e a abundância de água os rios e córregos da região, fundamentais às indústrias que ali se instalaram (OLIVEIRA, 2014).

Atrelados a história da industrialização da cidade de São Paulo, os antigos bairros industriais nos remetem a trajetória do trabalho, da habitação popular, ao crescimento econômico e populacional da cidade. Esses bairros se constituíram como uma outra cidade (a cidade ilegal), separada daquela estabelecida no triângulo histórico da cidade – território da elite. Além de espaço das fábricas, das moradias operárias, eram também o lugar dos imigrantes, dos indesejáveis, aqueles que a elite queria bem distante de si (OLIVEIRA, 2008).

Os bairros industriais localizados à leste do centro histórico, na várzea do rio Tamanduateí, passaram a concentrar os maiores contingentes de indústrias e mão-de-obra, eram território sem regras de uso e ocupação do espaço (ROLNIK, 1997, 1981), onde qualquer tipo de atividade, incluindo aquelas consideradas perigosas, eram permitidas. Também chamava a atenção a algumas características comuns como a uniformidade de seu traçado viário, o parcelamento do solo, o conjunto de casas em série com suas frentes voltadas para a rua (GENNARI, 2007), além de misturarem edificações industriais com habitações destinadas aos trabalhadores, especialmente cortiços e vilas operárias.

Qualquer análise sobre a habitação operária no começo do século XX, necessariamente, passa pela compreensão sobre a constituição dos bairros industriais, pois nesse período, as intervenções físicas ganhavam dimensões sociais e essas, caso de polícia (ROLNIK, 1997). Foi nesse cenário que as vilas operárias passaram a ser consideradas o modelo higiênico de habitação popular – que evitaria o contágio e proliferação de doenças infecciosas –contraponto aos cortiços, vistos como focos de contágio e espaços degradantes, “capazes de desvirtuar os indivíduos” (OLIVEIRA, 2008, p. 47). As vilas difundiriam o modelo de casa unifamiliar, instalando mecanismos de controle sobre os trabalhadores por meio da introdução

² As referências ao bairro como instância climática aparecem na obra do memorialista Jacob Penteado (2003). Por sua vez, Blay (1985) fez uma descrição das diversas chácaras, posteriormente, desmembradas em lotes industriais e de seus donos.

de novos hábitos e valores, impedindo assim as mobilizações sociais³, uma vez que as questões trabalhistas englobavam, também, debates sobre as condições das residências operárias.

No Belenzinho, essas duas dessas tipologias de habitação operária atravessaram o século XX e várias são as vilas e cortiços que podem ali ser encontrados. A pesquisa sobre a Vila Maria Zélia e o cortiço Casarão deu-se pela permanência desses projetos na atualidade e, por eles serem considerados emblemáticos da produção habitacional popular do início do século XX.

Construída pelo industrial Jorge Street (1863-1939) entre 1912 e 1917⁴, a vila Maria Zélia foi, a representante única de um modelo de ocupação que não se concretizou:

Ela constitui [...] documento fundamental de uma época e de uma forma de ocupação do espaço urbano [...] A Vila Maria Zélia tem um grande interesse urbanístico, à medida que concretiza uma das possíveis formas da habitação operária produzida pelo capital. (BLAY, 1985, p. 219).

Entre os princípios de sua implantação constava a separação da vila da cidade e a instalação de equipamentos que assegurassem “a reduzida circulação do trabalhador para fora de seu espaço” (OLIVEIRA, 2008, p. 54). A vila era constituída por 198 casas de diferentes tamanhos, distribuídas por 10 ruas (seis principais e quatro transversais), contando com um conjunto de equipamentos (capela, armazéns, ambulatório médico, farmácia, refeitório, salão de baile, campo de futebol, coreto e praça), alojamento para solteiros, além de escolas de meninos e meninas, creche e jardim de infância. Alugadas somente aos trabalhadores da Companhia Nacional de Tecidos de Juta (CNTJ), a desvinculação do trabalho na fábrica, forçava o trabalhador a deixar o imóvel, o que demonstra, não só para a vida na Vila Maria Zélia como em outras vilas operárias, que o controle do patrão se estendia à vida privada dos funcionários, por meio do estabelecimento de inúmeras regras que deveriam ser seguidas: “todos se conhecem, dos proprietários aos vizinhos, e se observam, se espiam, se controlam” (RAGO, 1987, p. 183).

Ao longo de mais de cem anos os cortiços se consolidaram como a tipologia habitacional característica das populações de mais baixa renda na cidade de São Paulo (VÉRAS, 1999). Sua rápida proliferação no início do século XX deu-se, basicamente, por dois motivos: necessidade de moradia em uma cidade cujo

³ Vide (RAGO, 1987; CORREIA, 1995; OLIVEIRA, 2008).

⁴ A Vila Maria Zélia foi adquirida pelo IAPI em 1931 e, em função de dívidas fiscais, foi transferida ao INPS/INSS. Em 1938, 18 casas foram demolidas para a ampliação da Indústria de Pneus Goodyear. Ver (BLAY, 1985; BONDUKI, 2004; OLIVEIRA, 2008).

crescimento demográfico deu-se de forma acelerada na passagem do século e pela lucratividade que possibilitava aos seus empreendedores (OLIVEIRA, 2008), devido ao alto adensamento e subdivisão de vários cômodos. Não obstante a expansão da cidade em direção a periferia da cidade, os cortiços ficaram concentrados na região central, próximo aos locais de trabalho, ofertando aos seus moradores vantagens como economia de tempo, dinheiro, maior oferta de emprego e acesso aos serviços básicos (KOHARA, 1999), ainda que as condições das habitações fossem extremamente precárias.

Nos bairros Brás, Mooca e Belenzinho, desde 1980 havia ações desenvolvidas pelos movimentos de moradia e igreja voltadas a publicizar e denunciar as condições em que viviam os moradores de cortiço na região. Esses grupos passaram a formular uma proposta, entregue no começo da década de 1990 à prefeitura da cidade, solicitando a desapropriação de grandes cortiços existentes nesses bairros para fins habitacionais.

No Belenzinho, o cortiço escolhido era conhecido como Casarão, uma construção da década de 1920 que abrigava 76 famílias. Originalmente construído para ser habitação, esse imóvel abrigou na década de 1960 a sede da primeira delegacia do bairro e, em 1972, com a transferência desta delegacia para outro imóvel na região, teve seus cômodos sublocados, transformando-se em cortiço. O interesse do movimento de encortiçados por esse imóvel deu-se tanto pela quantidade de pessoas que nele habitavam, como pelo esforço empreendido por alguns de seus moradores para modificar a imagem que o imóvel tinha no bairro, visto como espaço de extrema violência e local para esconder bandidos (OLIVEIRA, 2008). Iniciado em 1991, o Mutirão do Casarão, cuja obra se alongou por uma década, resultou na construção de 182 unidades sobre parte do antigo cortiço e foi consequência da mobilização dos moradores daquele espaço – visto pelo entorno como ameaçador – que chamaram a atenção para o local que habitavam desencadeando a incorporação da melhoria desse lugar à pauta de reivindicação do movimento de encortiçados.

O espaço urbano também se apoia em marcos físicos que remetem à memória coletiva que, por sua vez, se pauta pelo tempo e espaço. Contar a história do bairro Belenzinho implica, necessariamente, percorrer a trajetória das pessoas residentes na Vila Maria Zélia e no antigo cortiço Casarão, relações marcadas e influenciadas pelas trocas realizadas entre o grupo e o espaço (HALBWACHS, 2004).

Diferentes visões as transformações do bairro

Por meio dos moradores da Vila Maria Zélia e do antigo cortiço Casarão podemos compreender as transformações que o bairro sofreu e como estas se

conectam à memória coletiva e individual e as influenciam. As lideranças desses espaços ao narrarem suas trajetórias dentro do bairro, buscaram dar sentido a sua própria existência e dessa forma, tornaram relevante o partilhar de suas lembranças. Ao fazê-lo, os indivíduos se reconheceram como membros de um grupo, tornando a memória individual ponto de vista sobre a memória coletiva. O lugar do indivíduo varia de acordo com as interações desenvolvidas com os outros meios (HALBWACHS, 2004), pois a identidade do grupo reside no vínculo do indivíduo com o espaço que, por sua vez, subsistiria nas lembranças, mesmo que esse lugar sofresse transformações (PEREIRA, 2002).

[...] mas se as pedras se deixam transportar, não é tão fácil modificar as relações que são estabelecidas entre as pedras e os homens. Quando um grupo humano vive muito tempo em lugar adaptado a seus hábitos, não somente os seus movimentos, mas também seus pensamentos se regulam pela sucessão das imagens que lhe representam os objetos exteriores. (HALBWACHS, 2004, p. 143).

A percepção sobre a Vila Maria Zélia e o cortiço/mutirão Casarão como espaços segregados dentro do bairro fica evidente nos relatos das lideranças entrevistadas. A moradora do mutirão – antigo cortiço – relata que os moradores do bairro não desfizeram a imagem de espaço violento associado ao cortiço, elemento da luta pela transformação desse lugar. No entorno, o que ainda permanecia era a visão de periculosidade sobre os residentes no conjunto habitacional:

[...] Eu acho que o pessoal tem uma cisma com a gente, sei lá, tem uma má impressão com as pessoas que moram aqui. Hoje já melhorou muito, mas antes era muito difícil. Eu acho que talvez, por serem pessoas de cortiços. Pessoas de baixa renda, muito simples, pessoas muito humildes que resolveram ficar aqui no meio deles, porque não é bairro nobre, mas também não é um bairro tão pobre a região do Belém. (Maria Salomé, liderança do Mutirão Casarão apud OLIVEIRA, 2008, p. 151).

Ao mesmo tempo, a narrativa do morador da Vila Maria Zélia reforça o papel que os mecanismos de controle existentes no passado e que ditavam o ritmo da vida dentro da Vila, exercem no presente, provocando o distanciamento dos moradores da vida do bairro, gerando um estranhamento do mundo de dentro com o mundo de fora. Houve assim, uma tendência de que esses moradores circulassem pouco pelo entorno e, diferente da visão sobre o Mutirão do Casarão, a Vila seria um espaço onde as pessoas de fora gostariam de estar: “Porque no fundo todos gostariam de morar aqui, mesmo as pessoas que tem um pouco mais de capital” (Edécio Pereira,

liderança da Vila Maria Zélia apud OLIVEIRA, 2008, p. 170). Essas impressões nos remetem aos estudos de Marcuse (2004) sobre segregação entre grupos sociais e também aos atritos decorrentes da avaliação que um grupo pode fazer do outro, relações tão bem estudadas por Elias (2000) em *Os Estabelecidos e os outsiders*.

Chama a atenção o fato de habitações populares, conceitualmente oposta, enquanto tipologia habitacional, permitirem aproximações entre si, quando analisadas pelo viés das práticas pessoais. Edécio Pereira, cuja família permanece há três gerações na Vila Maria Zélia, destacou que a quantidade de pessoas que residiam em sua casa aproximava-os das condições existente nos cortiços, quando observados aspectos como a pouca privacidade e ao alto adensamento na unidade:

[...] então eu fico pensando: naquela época quanta gente morava aqui. Tinha minhas duas irmãs mais velhas vivas ainda. No quarto da frente morava o meu avô com a minha avó, no quarto do fundo uma tia minha com o meu tio [...] as minhas duas irmãs eu lembro que dormiam na sala e no quarto do meio dormia eu, minha mãe, meu pai e meus cinco irmãos... (Edécio Pereira, liderança da Vila Maria Zélia apud OLIVEIRA, 2008, p. 163).

A memória do espaço urbano também pode ser observada nos relatos sobre as transformações sofridas pelo Belenzinho decorrentes de um conjunto de intervenções viárias que recortaram o bairro e redefiniram suas novas fronteiras. Some-se a esse processo o esvaziamento populacional e o desaquecimento comercial, conforme apontado por Oliveira (2008). Essas mudanças foram decorrentes do processo de desconcentração industrial e da saída de diversas fábricas para outros locais no final dos anos 1970, quando outros bairros e municípios tornaram-se mais atrativos na perspectiva do capital. O Belenzinho, assim como outros bairros industriais, gradativamente teve seu patrimônio esvaziado, abandonado e no começo do século XXI, demolido.

Desde o último decênio do século passado até hoje, esses bairros são palco direta e indiretamente, das intervenções urbanas de reabilitação, revalorização, revitalização e requalificação urbanas, o que revela uma crescente atribuição estratégica de sua posição na reestruturação da cidade conferida pela municipalidade, pelo mercado imobiliário, pela sociedade civil e, mais recentemente, por órgãos multilaterais (PEREIRA, 2007).

Se esse processo gerou “novas formas de segregação sócio espacial” (PEREIRA, 2007, p.2), a consequência imediata foi a demolição de antigos galpões industriais, fábricas, conjuntos de vilas e cortiços – patrimônio edificado que representava um importante suporte físico para a memória industrial e do trabalho.

Para o mercado imobiliário, a memória tornou-se capital simbólico utilizado para a venda dos novos empreendimentos em campanhas publicitárias.

Resistir e lutar pela preservação de parte da memória popular

Se a luta pela preservação de imóveis símbolos de um período da história da cidade e de um tipo de produção habitacional pode ser observada na Vila Maria Zélia, no antigo cortiço Casarão, a batalha deu-se para que fosse realizada a reforma do prédio símbolo da resistência das camadas populares, por permanecer próximo ao centro da cidade e pela luta por uma política pública habitacional na região central. A disputa entre moradores de ambos projetos e o poder público, como financiador dessas propostas de preservação, tem longa data e, novamente, aproxima as experiências.

Tombada em 1992 pelo Condephaat e pelo Conpresp⁵ em seu traçado urbano, conjunto de casas, vegetação e prédios comunitários (escolas, armazéns, igreja, refeitório), a luta dos moradores da Vila Maria Zélia pela reforma e restauro dos prédios públicos data de 1981. Nesse período diversas propostas foram feitas por sucessivas administrações municipais de Museu do Trabalho sem, no entanto, nenhuma efetivação. Os prédios pertencem ao Instituto Nacional do Seguro Social (Inss), que vem há alguns anos discutindo a cessão dos imóveis a prefeitura da cidade. A preservação e reforma desses imóveis seria o reconhecimento da importância histórica desse espaço na história da cidade e no bairro, conforme Pereira (2007), mas as negociações para as obras são realizadas por diferentes esferas do poder público (municipal, estadual e federal), com pouca participação dos moradores, que nem sempre chegam a um consenso sobre o uso que querem para os espaços, embora concordem sobre a necessidade e importância de uma intervenção nos imóveis.

No caso do antigo cortiço Casarão, após a conclusão do conjunto habitacional, a associação dos moradores ficou responsável pela utilização do imóvel, embora a propriedade fosse da prefeitura municipal, especificamente da Secretaria Municipal de Cultura. Com a degradação do imóvel, os moradores começaram a discutir uma destinação para o local a partir das suas demandas específicas e das percepções sobre as carências do bairro, passando então a lutar para a transformação do espaço em Casa de Cultura. Apesar de diversas conversas com o poder público municipal, coube aos moradores conseguir recursos para a reforma do ex-cortiço, articulando

⁵ Condephat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo), Conpresp (Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo).

junto ao governo federal a destinação de recursos que contemplem essa reforma⁶. Esses processos, mesmo não efetivados, evidenciam a articulação de uma resistência popular em benefício da preservação da memória de espaços significativos de sua identidade e luta. Os restauros e reformas dos imóveis da Vila e o antigo cortiço Casarão reforçam essa ideia e, no âmbito da pesquisa desenvolvida, compreendemos que os esforços feitos por esses dois grupos foram e são determinantes para assegurar se não a efetivação de suas reivindicações em relação aos imóveis, a publicidade em relação a importância desses lugares de memória. Uma vez que, conforme afirmou Pereira (2007), os projetos de memória normalmente estão associados a agentes culturais cujas experiências na cidade passam pela flangem urbana e fruição do espaço, diferentemente das experiências aqui narradas, cujo foco é exatamente a preservação de parte de sua própria memória.

Algumas considerações

Ao analisarmos a memória por meio das experiências de moradores dos dois projetos de habitação popular localizados no Belenzinho, a Vila Maria Zélia e o antigo cortiço Casarão – transformado em conjunto habitacional – foi possível perceber que embora conceitualmente haja um distanciamento entre essas experiências, os espaços possuem diferentes aproximações que vão desde o número residências na escala dos projetos, às percepções sobre a constituição desses espaços como territórios segregados dentro do bairro, à luta para a preservação de imóveis símbolos de histórias do bairro e das trajetórias grupais: na Vila Maria Zélia onde se quer a preservação e o restauro dos prédios tombados, no Mutirão do Casarão onde a luta é pela transformação do antigo cortiço em Casa de Cultura.

Se essas experiências foram vistas como antagônicas como habitação operária, também o foram na sua produção, a Vila foi realizado por um industrial, o mutirão pelos trabalhadores. Infere-se que por ser um bairro industrial, o Belenzinho nasceu como território segregado, afastando os trabalhadores da elite, no entanto, a vila operária também separava os trabalhadores entre si, do bairro e dos moradores do cortiço, também trabalhadores, sendo estes últimos vistos sob o prisma da degradação e promiscuidade.

No Belenzinho, muitas contradições sociais inter e entre grupos se manifestaram. Na Vila Maria Zélia, ainda que, na década de 1940, se tenha desarticulado

⁶ Desde 2003 a associação de moradores passou a discutir uma proposta para a utilização do espaço, desde 2010 sucessivas emendas parlamentares foram destinadas a essa proposta assegurando recursos na Secretaria Municipal de Cultura, somente em 2014 foi assinada a ordem para execução e início das obras.

o controle patronal sobre o espaço, os diversos instrumentos que asseguraram seu distanciamento com o entorno foram determinantes na visão que os moradores desenvolveram como os de dentro e os de fora, o que impactou na relação desse espaço com o bairro. A Vila pertence ao Belenzinho, mas é como se ela tivesse vida própria, dissociada da espacialidade onde se insere. A instalação de barreiras físicas (muros, portão, guarita) que asseguraram a separação desse lugar do entorno, o lazer exclusivo e o confinamento dos moradores nesse espaço, fizeram com que a Vila se associasse a ideia de condomínio fechado, estando protegida do bairro, dos cortiços e galpões industriais que a rodeavam, conservando a sua tranquilidade e a privacidade. Essa imagem reproduz a visão da classe média em relação à proteção e segurança existente nos enclaves fortificados (CALDEIRA, 1997), preservando-se da violência urbana.

Por outro lado, o Mutirão do Casarão simboliza a vitória do movimento de encortiçados que passaram a ser reconhecidos como interlocutores da política habitacional e que inovaram ao apresentar um novo tipo de atendimento aos programas de habitação popular, assegurando o atendimento da população nos seus locais de residência, mudando o paradigma do deslocamento dos grupos para a periferia da cidade. Também se reconheceu que a produção de moradias de interesse social era instrumento de cidadania, buscando transformar o espaço urbano, modificando a imagem disseminada na cidade e associada aos moradores de cortiços, como espaços perniciosos.

Ao olharmos esses projetos (Vila Maria Zélia e Mutirão do Casarão) inseridos em um mesmo bairro, se observam aspectos da convivência entre os grupos ali residentes, a constituição de autoimagem e a sua inserção no bairro, ao mesmo tempo em que se reflete sobre formas como se constituiu a segregação sócio espacial – o Mutirão do Casarão representou, enquanto intervenção urbana, a transformação do espaço do antigo cortiço em moradia popular, ressaltada a visão que os moradores desses conjuntos tinham sobre si e sobre a sua condição. A segregação vivida pelo Mutirão do Casarão em relação ao entorno foi de fora para dentro, ao passo que na Vila Maria Zélia foi de dentro para fora.

O Mutirão do Casarão e a Vila Maria Zélia garantiram sua permanência no espaço por meio das ações que continuam a empreender: o Mutirão, fruto da mobilização dos moradores tornou-se um bem público, a Vila, por ser tombada não pode ser demolida. Dessa forma, com o processo de renovação urbana em curso no Belenzinho, esses espaços, até certo ponto, se protegem do enquadramento como artefatos da memória apropriados pelo capital imobiliário. Em ambos os casos, os espaços símbolos da memória desses grupos populares, sem uso, tendem a desaparecer e é contra esse processo que ambos os grupos empreendem esforços.

O abandono dos imóveis da Vila e do antigo cortiço Casarão demonstram o descaso da sociedade e do poder público com a memória, que continua, no processo de preservação, a cargo de agentes culturais ou grupos mais intelectualizados, o que não caracteriza nenhum dos dois grupos pesquisados, que são motivados pelo desejo de terem os marcos de suas memórias reconhecidos, preservados e valorizados. Também nesse caso, as semelhanças dos processos chamaram a atenção, embora os imóveis estejam na posse do poder público, coube aos moradores a luta para viabilizar os projetos de restauro e reforma. Esse texto não aponta resultados dessa última etapa de luta, mas vale ressaltar que as práticas dos grupos populares apresentam contribuições significativas à história urbana, assegurar, valorizar e validar as vozes desses grupos é um dos desafios do trabalho com a memória.

MEMORIES THAT REVEAL THE HISTORY OF AN INDUSTRIAL NEIGHBORHOOD IN THE CITY OF SÃO PAULO

ABSTRACT: *The history of urban space is not usually told from a popular point of view, relegating to the background the experiences, practices and perceptions of the city of this segment of the population. This article looks at the experiences of two leaders, one living in a workers' village built by an entrepreneur of the textile industry in 1917 and another in a housing development built by a community task force during the 1990s, both located in the expanded center of São Paulo. It attempts to expose the webs that entwine the memories of the urban space with individual memories and the strategies used by individuals to preserve landmarks of their personal history and the history of the groups to which they are connected, even through memory erasure processes. Thus, they ensure the preservation of the history of the neighborhood and of the city itself.*

KEYWORDS: *Memory. History. Urbanization. São Paulo.*

REFERÊNCIAS

BLAY, E. A. **Eu não tenho onde morar:** vilas operárias na cidade de São Paulo. São Paulo: Nobel, 1985.

BONDUKI, N. G. **Origens da habitação social no Brasil:** arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. 4.ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velho. 14. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

CALDEIRA, T. P. do R. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 47, p. 155-176, 1997.

CORREIA, T. de B. **Pedra**: plano e cotidiano operário no Sertão: o projeto urbano de Delmiro Gouveia. 1995. 512 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

ELIAS, N. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

GENARRI, L. A. Um aspecto da constituição da cidade de São Paulo: casa em série do Brás e da Mooca. In: GITHY, M. L. C.; CORREIA DE LIRA, J. T. C. (Org.). **Cidades**: impasses e perspectivas. São Paulo: Annablume, 2007. p. 123-143.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

KOHARA, L. T. **Rendimentos obtidos na locação e sublocação de cortiços**: estudo de casos na área central da cidade de São Paulo. 1999. 256f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) - Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

MARCUSE, P. Enclaves, sim; guetos, não: a segregação e o Estado. **Espaço e Debates**, São Paulo, v. 24, n. 45, p. 24-33, 2004.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p.7-28, 1993.

OLIVEIRA, R. S. **Renovação urbana nos bairros operários da cidade de São Paulo**: Brás e Belém (1992-2012). 2014. 277f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

_____. **Aproximações entre experiências de moradia popular no bairro Belenzinho (SP)**: mutirão do casarão e vila Maria Zélia: memória e segregação. 2008. 239f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

PENTEADO, J. **Belenzinho, 1910**: retratos de uma época. 2. ed. São Paulo: Carrenho Editorial, 2003.

PEREIRA, V. S. Memória industrial e transformações urbanas na virada do século XXI: os casos do Brás, Mooca, Belenzinho e Pari. **InterfaceHS: Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**, São Paulo, v. 2, n. 4, p.01-27, 2007. Disponível em:

<<http://www.revistas.sp.senac.br/index.php/ITF/article/viewFile/143/161>>. Acesso em: 15 dez. 2014.

_____. **Brás: canteiros da memória na modernidade de São Paulo.** 2002. 351f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

POLLACK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.5, n. 10, p.200-212, 1992.

_____. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p. 3-15, 1989.

RAGO, L. M. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930.** 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

ROLNIK, R. **A cidade e a lei.** São Paulo: Studio Nobel, 1997.

_____. **Cada um no seu lugar: São Paulo, início da industrialização:** geografia do poder. 1981. 343f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.

THOMPSON, P. **A voz do passado: história oral.** 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

TORRES, M. C. M. **O bairro do Brás.** São Paulo: PMSP/SEC, 1969. (Coleção dos Bairros de São Paulo).

VÉRAS, M. B. P. Territorialidade e cidadania em tempos globais: imigrantes em São Paulo. **Cadernos MetrÓpole**, São Paulo, n. 2, p. 233-292, 1999.

Recebido em 31/01/2015.

Aprovado em 25/11/2015.

